



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Interessado:** Departamento de Estradas de Rodagem - DER- [REDACTED]

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI n.º 0406/2021

**Número de referência:** Protocolo SIC [REDACTED]

**DECISÃO OGE/LAI n.º 0406/2021**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme protocolo sic em epígrafe, para acesso ao nome do agente que lavrou o AIT nº 1B 933138-7, cópia da designação.
2. Em análise do caso concreto, verifica-se que o Comandante do Policiamento Rodoviário manifestou-se apenas em recurso hierárquico, informando que o agente de matrícula não pertence ao efetivo daquele Comando. Na sequência, o interessado interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Após o recebimento do recurso, a Ouvidoria Geral procedeu a diligências junto ao DER, porém não obteve nenhuma manifestação.
4. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública.
5. Deve-se consignar que tal direito se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.
6. Assim, imprescindível que o Departamento de Estradas e Rodagem- DER se manifeste quanto à específica demanda do interessado, fornecendo as informações em sua integralidade, desde que existentes, ou justifique na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das restritivas circunstâncias legalmente previstas.
- 7.
8. Considerando que o órgão não atendeu ao pedido até o presente momento, e, ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, **conheço e dou provimento ao recurso**, devendo o órgão adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na referida Lei federal nº 12.527/2011 e no aludido Decreto nº 58.052/2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

São Paulo, 07 de outubro de 2021.



Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado